

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Vanessa Ferreira Lopes

**O MOVIMENTO UNIBAIRROS E A LUTA ANTIRRACISTA JUIZ-FORANA:
A COLUNA DO NEGRO NO JORNAL COMUNITÁRIO**

JUIZ DE FORA

2020

VANESSA FERREIRA LOPES

O MOVIMENTO UNIBAIRROS E A LUTA ANTIRRACISTA JUIZ-FORANA:

A COLUNA DO NEGRO NO JORNAL COMUNITÁRIO

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a obtenção do título de licenciada em História.

Orientadora: Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro (UFJF)

Leitora crítica: Giovana de Carvalho Castro (UFJF)

JUIZ DE FORA

2020

VANESSA FERREIRA LOPES

O MOVIMENTO UNIBAIRROS E A LUTA ANTIRRACISTA JUIZ-FORANA:

A COLUNA DO NEGRO NO JORNAL COMUNITÁRIO

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a obtenção do título de licenciada em História.

Orientadora: Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro (UFJF)

Leitora crítica: Giovana de Carvalho Castro (UFJF)

Aprovado em: 23/11/2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de
geração automática da Biblioteca Universitária da
UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ferreira Lopes, Vanessa.

O movimento Unibairros e a luta antirracista juiz-forana : a Coluna
do Negro no jornal comunitário / Vanessa Ferreira Lopes. -- 2020.
50 f.

Orientadora: Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, 2020.

1. movimento negro. 2. Juiz de Fora. 3. movimento comunitário. 4.
Unibairros. 5. jornal comunitário. I. da Costa Mattos Gomes de
Castro, Hebe Maria, orient. II. Título.

O lugar de viver a vida é o presente. O lugar de melhorar tudo aquilo que já foi feito por quem veio antes de nós é honrar e continuar a tradição.

Resumo

O presente trabalho tem por finalidade analisar a *Coluna do Negro* no jornal do movimento comunitário Unibairros de Juiz de Fora – MG, a fim de identificar as estratégias discursivas para luta antirracista na cidade entre os anos 1980 a 1990. Tal jornal circulou no período de abertura política do regime ditatorial e da nova Constituição democrática, sendo produzido pelos próprios moradores das comunidades envolvidas no movimento. O material serviu como principal canalizador das ideias e propostas defendidas pelo Unibairros que, atualmente, funciona como uma associação sem fins lucrativos na cidade. Com finalidades definidas em seu estatuto em 1982, reuniu no período datado de sua formação, a população periférica dos bairros de Olavo Costa, Floresta, Santa Cândida, Linhares, São Benedito, Vila Ideal, São Pedro e Vitorino Braga. Por se tratar da periferia, as pautas foram marcadas por problematizações raciais e sociais constantemente presentes no jornal produzido. O objetivo deste trabalho é analisar como o jornal Unibairros e a *Coluna do Negro* funcionaram como veículos de aglutinação e disseminação da luta antirracista na cidade de Juiz de Fora.

Palavras-chave: movimento negro, Juiz de Fora, movimentos comunitários, Unibairros, jornal comunitário.

Abstract

The purpose of this paper is to analyze the *Coluna do Negro* in the newspaper of the community movement Unibairros de Juiz de Fora - MG, in order to identify the discursive strategies for anti-racist struggle in the city between the 1980s and the 1990s. This newspaper circulated in the opening period policy of the dictatorial regime and the new democratic constitution, being produced by the residents of the communities involved in the movement. The material served as the main channel of ideas and proposals defended by Unibairros, which currently works as a non-profit association in the city. With purposes defined in its statute in 1982, it gathered in the period dated its formation, the peripheral population of the neighborhoods of Olavo Costa, Floresta, Santa Cândida, Linhares, São Benedito, Vila Ideal, São Pedro and Vitorino Braga. As it is about the periphery, the guidelines were marked by racial and social problems constantly present in the produced newspaper. The objective of this work is to analyze how the newspaper Unibairros and *Coluna do Negro* functioned as vehicles for agglutination and dissemination of the anti-racist struggle in the city of Juiz de Fora.

Keywords: black movement, Juiz de Fora, community movements, Unibairros, community newspaper.

Índice de ilustrações

Figura 1: População de Santo Antônio do Parahybuna (1831 e 1853) **12**

Figura 2: Evolução da população escrava e livre na paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora (1831 e 1872) **13**

Figura 3: Aqui você brinca e se instrue!**30**

Figura 4: Charge Oscar Trovoada 1, sem título **31**

Figura 5: Charge Oscar Trovoada 2, sem título**32**

Figura 6: Capa Jornal Unibairros, nº14. **42**

Índice de tabelas

Tabela 1: Relação edições analisadas e colunas do jornal Unibairros **27**

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1 - Breve panorama da história do negro na cidade de Juiz de Fora	
Capítulo 2 - Novos atores que emergem	17
2.1. Contexto político brasileiro de abertura política	17
Capítulo 3. Movimento comunitário Unibairros	20
3.1. O surgimento	20
3.2. As estratégias de politização do movimento: o jornal dos Bairros de JF	
3.3. Mecanismos comunicativos do jornal Unibairros	
3.4. Uso político do humor	30
Capítulo 4. A “Coluna do Negro” no jornal Unibairros	
4.2. Articulações políticas do “Grupo Negro” no jornal Unibairros	41
5. Considerações finais	45
Fontes primárias	48
Referências bibliográficas	48

Introdução:

A mobilização do movimento comunitário Unibairros na cidade de Juiz de Fora - MG alcançou grande destaque na cena local: por conta suas lideranças, reconhecimento e questionamentos do poder municipal e as conquistas de benefícios para a população dos bairros periféricos da cidade. Destaque também nos principais veículos de imprensa, bem como a circulação de seu próprio material “Unibairros: o jornal dos bairros de JF”. Os movimentos comunitários entram na categoria de movimentos sociais (POMPERMAYER, 1987), como organizações independentes localizadas nas periferias das cidades que denunciam os descasos do poder municipal em relação aos subúrbios frente aos centros urbanos, além de questionar a estrutura autoritária e desigual do país vigente pós golpe de 1964. As pautas raciais se fizeram constantemente abordadas pelo movimento, a partir das vivências de seus integrantes e demais moradores das comunidades envolvidas, entrelaçadas aos fatores de classe.

O “Unibairros - o jornal dos Bairros de JF” foi a principal ferramenta utilizada pelo movimento a fim de canalizar e difundir suas pautas, por isso, sendo a fonte principal para o desenvolvimento desta pesquisa. Serão analisadas 36 edições do jornal impresso Unibairros, que circulou entre 1980 e 1990 pela cidade de Juiz de Fora - MG, com tiragens em média de quatro mil exemplares, distribuído gratuitamente pela maior parte do tempo. Este, foi produzido e fundado pelos moradores das comunidades envolvidas no movimento, trazendo reivindicações de infraestrutura, direitos trabalhistas, sociais, cultura, lazer, saúde, direitos humanos e, especificamente o que será trabalhado neste trabalho, as questões raciais.

Durante a produção do jornal, se fez presente uma coluna intitulada variavelmente ao longo de seu período de circulação como “Movimento Negro” ou “Coluna do Negro”. Para além dessa coluna explicitamente, o editorial da revista e outras regiões do jornal é possível identificar a questão racial sendo discutida de forma profunda. Em contato com exemplares do jornal Unibairros e a análise de seus conteúdo, problematizações foram surgindo.

Como o jornal Unibairros e a “Coluna do Negro” funcionaram como veículo de aglutinação e disseminação da luta antirracista na cidade de Juiz de Fora? Qual era o discurso vinculado ao jornal e de que forma se relaciona com a realidade vivenciada pela periferia juiz forana? Qual o contexto municipal vivenciado pelo movimento no período datado? Quais eram suas pautas? Quais as estratégias utilizadas para politização do público?

A linguagem utilizada na construção do jornal é muito característica ao que Lélia Gonzáles (1984) chamou de “pretuguês”: um elemento de africanização do português falado no Brasil. Tal remodelagem da língua, com descendências do continente africano, foi estereotipado como algo vulgar por muito tempo pelos acadêmicos, frente a norma culta de linguagem. A utilização dessa linguagem no jornal parte do objetivo intencional de popularização da mensagem da forma falada pelo público que produzia e também se dirigia, como quicá, a valorização do legado da construção linguística sob influência das línguas africanas.

Os objetivos gerais deste trabalho é perceber a articulação do movimento comunitário para o fortalecimento e crescimento da luta antirracista da cidade e a importância de seu jornal, utilizado como instrumento de politização da população. Para isso, no primeiro capítulo, a análise se dará em um breve panorama sobre a história do negro na cidade de Juiz de Fora, a partir da chegada de africanos e afrodescendentes escravizados até o período imediato do pós abolição. Essa retomada se faz necessária para compreender as especificidades da história do negro na cidade: com tamanha expressividade numérica, problemáticas vivenciadas nas relações sociais e trabalhistas no contexto local.

Em um segundo momento, debruçaremos brevemente nas perspectivas dos estudos sobre os movimentos sociais da década de 1970, o ressurgimento durante o período ditatorial mesmo sob duras repressões e liberdades restritas. Nos ateremos ainda em diferenciar as pautas do movimento social negro perante a categoria “movimentos sociais”. Localizaremos o município de Juiz de Fora e o contexto político que antecedeu a formação do movimento comunitário Unibairros.

O terceiro capítulo iniciaremos a apresentação especificamente do movimento comunitário Unibairros, fazendo a contextualização, grupos envolvidos na sua fundação, motivações, pautas, linguagem e suas formas de organização no jornal. A partir disso, iremos aproximar seus objetivos como movimento comunitário com base na intersecção de raça e classe, a fim de racializar a periferia da cidade de Juiz de Fora. No mesmo capítulo, partiremos para a compreensão acerca dos jornais alternativos e imprensa negra para enfim compreender o que eram os jornais comunitários. Quais as semelhanças e particularidades dos jornais comunitários se tratando da imprensa negra e jornais alternativos? Como que o lugar social dos sujeitos que produzem o jornal impacta no material final? A partir desse ponto, debruçaremos na análise do jornal comunitário Unibairros e o depoimento colhido com o membro fundador

da Coluna do Negro, Paulo Azarias, afim de compreender suas estratégias de aglutinação e politização da luta antirracista na cidade.

Capítulo 1 - Breve panorama do início da história do negro e a cidade de Juiz de Fora

Na segunda metade do século XIX, a província escravista de Minas Gerais que abrigava a maior população de africanos e afrodescendentes escravizados era localizada no que hoje é chamado de cidade de Juiz de Fora. Isso fez com que a população negra na cidade fosse uma maioria e, sua mão de obra ter sido empregada principalmente nas lavouras cafeeiras. Tal fato contribuiu para que essa região da zona da mata mineira, inicialmente nomeada como Santo Antônio do Paraibuna, tornar-se o principal centro econômico, político e social da região, tendo influência e relações comerciais com as outras principais províncias escravistas do período, como Rio de Janeiro e São Paulo (OLIVEIRA, 2000).

Milhares de cativos foram transportados pela estrada União Indústria, formando um núcleo agrário exportador, - que teve grande crescimento com o fim do tráfico internacional de escravizados e a diminuição do número de africanos no país. Em contrapartida, houve a intensificação nos índices de reprodução natural, evidente pela maior presença de mulheres e crianças escravizadas (OLIVEIRA, 2000). A seguir, duas imagens de tabelas que bem ilustram a proporção de livres e escravizados no ano de 1831 e 1853 em Santo Antônio do Parahybuna e, a evolução da população escravizada e livre respectivamente em 1831, 1853 e 1872, retirado do trabalho de Caio Batista (2016):

Figura 1: População de Santo Antônio do Parahybuna (1831 e 1853)

TABELA 01: População de Santo Antônio do Parahybuna (1831 e 1853)

Ano	Livres	Porcentagem	Escravos	Porcentagem	Total
1831	546	41%	790	59%	1.336
1853	2.441	38%	4.025	62%	6.466

FONTE: Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica. Listas nominativas de Minas Gerais na década de 1830. Link para acesso: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/> . Acessado em abril de 2016. Arquivo Histórico de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal no Império. Série 54. Mapas da população e listas de famílias referentes a censos realizados nos distritos de Juiz de Fora. Lista de população da vila de Santo Antônio do Parahybuna.

Figura 2: Evolução da população escrava e livre na paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora (1831 e 1872)

TABELA 02: Evolução da população escrava e livre na paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora (1831, 1853 e 1872)

Ano	Livres	Porcentagem	Escravos		Total
1831	546	41%	790	59%	1.336
1853	2.441	38%	4.025	62%	6.466
1872	9.086	56%	7.171	44%	16.257

FONTE: Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica. Listas nominativas de Minas Gerais na década de 1850. Link para acesso: <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/> . Acessado em abril de 2016. Arquivo Histórico

de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal no Império. Série 54, Mapas da população e listas de famílias referentes a censos realizados nos distritos de Juiz de Fora. Lista de população da vila de Santo Antônio do Parahybuna. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Biblioteca Digital do IBGE. Recenseamento do Brasil em 1872. Link de acesso: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477> . Acessado em janeiro de 2016.

O gradativo crescimento da população livre se fez em virtude o crescimento das funções urbanas da cidade, como polo regional de serviços e industrialização, recebendo ainda um grande contingente de imigrantes para os serviços urbanos em contrapartida da mão de obra negra na zona rural ou em serviços subalternos (OLIVEIRA, 2000). Em 1856 a vila de Santo Antônio do Parahybuna ganhou status de cidade e, em 1865, sendo alterado o nome da cidade para Juiz de Fora.

Com base nas duas tabelas anteriores, é possível identificar a forte presença de escravizados africanos e afrodescendente na formação do que hoje é chamado de Juiz de Fora. A partir disso, a hierarquia racial socioeconômica local em Juiz de Fora é formada no pré e pós abolição.

Com a proclamação da Lei Áurea, todo um contingente de negros fora repetidamente “jogado” em massa no universo da população livre, sem ao menos um projeto de efetivo integração social. A utilização das palavras “jogados” e “universo” é estrategicamente pensada para explicitar a diferença de visões e condições de mundo distintas entre aqueles grupos: negros e brancos, escravizados ou em condição de liberdade. Um universo que envolvia a liberdade de ir e vir, direito à propriedade, direito a ter/conviver com a família, direito à educação, lazer, cultura e sua própria identidade. Em contrapartida de um universo que todas as liberdades individuais e coletivas são expropriadas, a mercê da autoridade dos senhores e sinhás. Ao fim do sistema escravista (ao menos formalmente), a população negra se via exposta a uma sociedade que não os queriam integrados, atualizando a todo momento mecanismos ideológicos e institucionais para tal objetivo segregacionista.

É de se salientar a condição de Minas Gerais como a maior província escravista do Império e, especificamente a Zona da Mata mineira tendo a maior concentração de cativos na produção agroexportadora no pós abolição. Tal condição, ao contrário da maior parte das metrópoles escravistas, contribuiu para brevemente a economia recuperar-se do impacto econômico da abolição. Especificamente três anos depois já detinham produção de café superior ao período imediato da assinatura da Lei Áurea, não vivenciando o grande dilema das outras províncias que necessitavam urgente na reposição de mão de obra na lavoura, via introdução de imigrantes¹.

Indubitavelmente, a continuidade do ex-cativo na produção agrícola e nas relações de trabalho na cidade se fez permeada de conflitos e pressões, provenientes de uma elite agrária e urbana que exigiam leis que regulamentassem e/ou excluísse a existência deles (a exemplo, a Lei da Vadiagem). A capacidade de servir, trabalho e intelecto era a todo momento questionada, reprimida e dada como ócio, exposta também via os jornais como “mau comportamento social”².

Há reclamações nos jornais contra os ‘agrupamentos ilícitos dos libertos, promovendo escândalos, furtos e bebedeiras por toda cidade. Ao mesmo tempo, percebem-se atritos entre imigrantes e negros. Enquanto os primeiros eram considerados pela sociedade como laboriosos e amigos do trabalho, os segundos eram, regularmente, vistos como violentos, ociosos e inaptos ao trabalho. (OLIVEIRA, 2000, p.63).

O capital cafeeiro e escravocrata de Juiz de Fora que contribuiu para, no início do século XX, o crescimento da indústria têxtil e alimentícia, promovendo multiplicadores em toda a estrutura urbana local. A historiadora Mônica Oliveira aponta para o destaque no cenário nacional ao fundar a primeira Usina Hidrelétrica na América do Sul e pela sua malha ferroviária em direção ao litoral.

É esse o contexto vivido pela ‘Manchester Mineira’ na última década do século XIX e duas primeiras décadas do século XX. Apenas quando a cafeicultura na Zona da Mata Sul, ao redor de Juiz de Fora, na década de 1920, passa a dar sinais de esgotamento, subindo a fronteira em direção ao Leste do Estado, é que se percebe uma maior afluência de negros na cidade. Processa-se um movimento tardio de fixação do negro na zona urbana, em busca de emprego e moradia. Diferentemente da capital carioca, o centro urbano não oferecia mais espaço para sua intrusão. A saída encontrada foi em direção à periferia, levando **a formação de bairros inteiramente negros**, como verdadeiras ilhas em torno da área central. Surgem bairros como São Benedito (antigo Arado) e Dom Bosco (Serrinha), dentre outros; sem, contudo,

¹ PIRES, Anderson. Capital agrário, investimento e a crise da cafeicultura de Juiz de Fora. Dissertação de mestrado, UFF, Niterói, 1993. p.103.

² Em sua dissertação de mestrado, Patrícia Lage de Almeida também utiliza notícias do jornal Pharol. ALMEIDA, Patrícia Lage. Elos de permanência: o lazer como preservação da memória coletiva dos libertos e seus descendentes. Juiz de Fora, 2006. Dissertação (Mestrado em História) - UFJF, Juiz de Fora, 2006.

possuírem a mínima infraestrutura urbana, a exemplo do acesso à rede de água, esgoto, iluminação pública, etc. A marginalização do negro nas áreas de periferia urbana ou em zonas de interstícios no centro da cidade viabiliza a prática social e concreta da segmentação racial, baseada na evitação de sua explicitação pública e formal (OLIVEIRA, 2000, p.65-66, grifo nosso).

A partir de 1920, com a baixa da produção cafeeira local, grande parte da população negra que até então ocupava, em sua maioria, às áreas rurais, partiu em processo de êxodo para o centro urbano juiz forano. Todavia, as áreas centrais da cidade já estavam ocupadas por imigrantes e trabalhadores livres, que detinham o privilégio de ocupar sejam os melhores postos de trabalhos e áreas residenciais. A ocupação de bairros da periferia como o Dom Bosco, São Benedito, Linhares e Santa Rita, advém desse momento histórico. Por isso da necessidade de racializar a pobreza e os processos históricos que chegaram até ela.

O trabalho da historiadora Rita de Cássia Souza Félix Batista intitulado “O negro: trabalho, sobrevivência e conquistas. Juiz de Fora - MG (1888-1930) é fundamental para a análise do impacto do pós-abolição nos negros em Juiz de Fora. Objetivando a análise da realidade social e profissional dos negros libertos na cidade nos anos imediatamente posteriores à abolição, a autora detém como resultado as marcas e o legado do regime servil transcendendo a sua própria época, alcançando até mesmo a sociedade atual. Os problemas concentrados na população negra e mestiça, como a marginalidade, preconceito racial, dificuldades de integração e adaptação social. Utilizando de fontes documentais de registros oficiais de Juiz de Fora e entrevistas orais de ex - escravizados e seus descendentes diretos, Rita de Cássia Souza Félix Batista tem com unanimidade dos seus entrevistados que o trabalho só se tornou efetivamente livre a partir de 1930.

A referida autora sinaliza para as ideias filosóficas e políticas que formaram a consciência mineira na passagem do século XIX para o XX “calcadas em um autoritarismo alicerçado numa mentalidade católico-conservadora (...) poderia ser entendida simplesmente como tradicionalismo” (2006, p.35).

A Velha República brasileira impôs-se sob o manto da liberdade e igualdade formais, escondendo as grandes desigualdades econômicas, raciais e sociais existentes no interior da sociedade. (...) Com isso, a população negra deparou-se com um continuísmo: foi oficialmente espoliada de seus valores, sua identidade e os direitos de cidadania social, política e civil, quando foi afastada de um conhecimento mais próximo de sua realidade, na ‘nova’ República Velha (BATISTA, 2006, p.36).

Batista revela a dependência do negro liberto em Juiz de Fora de seus antigos senhores ou outros fazendeiros para manter a sua família, tendo conseguido inserir-se, timidamente, no mercado de trabalho assalariado próximo a segunda década do século XX, ainda que em posições subalternas.

O preconceito racial é observado através, também, da significativa diferença entre o número de trabalhadores imigrantes sem instrumentação, sem especialização e, mesmo assim, empregados na zona rural e inseridos nas atividades produtivas na vida urbana do município. Com isso, os meios com os quais os ex-escravos e seus descendentes se impuseram no mercado de trabalho foram, principalmente, as atividades autônomas e trabalho informal (...) (BATISTA, 2006, p.63)

A formação do associativismo juiz forano vem desse desequilíbrio social, proveniente desde o pós abolição: de um grupo marginalizado e com suas demandas desconsideradas pelo poder municipal e de uma sociedade racializada. A população afrodescendente enfrentou suas necessidades básicas negadas (como moradia, alimentação, empregos formais, saúde e escolaridade) pelo poder municipal e a classe média elitizada. A partir disso, organizou-se politicamente desde os anos 30 no processo de urbanização excludente até os dias atuais. Nesse sentido surgem movimentos comunitários no período de 1970, como o Unibairros.

Capítulo 2 - Novos atores que emergem

2.1. Contexto político brasileiro de abertura política

O período datado do início da Primeira República (1889), seguindo aos anos 30 getulista e, posteriormente com Golpe Militar de 1964, é observado longos períodos de abordagem das questões sociais de cunho autoritário e/ou de relações clientelistas, repressivas e limitadas de governantes populistas que não tinham as camadas populares como foco do seu governo e nem mesmo representadas em seus interesses. A relação Estado-camadas populares eram repletas de ambiguidades e perpetuando um elitismo social (SOMARRIBA e AFONSO, 1987).

A retomada desses movimentos sociais é tema no livro organizado por Malori J. Pompermayer, *Movimentos sociais em Minas Gerais: emergências e perspectivas (1987)*, que aponta para a segunda metade dos anos 70 a reemergência dos movimentos, com moldes diferentes dos anteriores desmantelados. Novas práticas de associativismos foram empregadas

para a luta e implementação de suas reivindicações diversas, que se encontravam, também, na interseção de uma abertura política e crítica ao governo autoritário vigente.

Para se entender a emergência dos movimentos sociais em Minas, nos anos 70, e o novo caráter desses movimentos, é preciso ter presente, em primeiro lugar, o fato de que as lideranças dos movimentos anteriores a 1964 ou tinham sido totalmente banidas, através de prisões, torturas e exílio, ou tiveram de se recolher ao isolamento da vida privada. A repressão policial-militar esteve presente em toda parte, na cidade e no campo, no cotidiano das atividades da população. Em segundo lugar, os canais de expressão participativa, como câmaras municipais, assembleias legislativas, sindicatos, associações, etc., tinham sido fechados ou transformados em estruturas passivas, prestadoras de assistência social, ou, como no caso do sindicalismo urbano, em instrumentos dóceis de aplicação dos índices oficiais de reajustes salariais (POMPERMAYER, 1987, p.9-10)

A novidade eclodida a partir de 1978, como levantado por Eder S. Sader no seu estudo sobre as experiências de trabalhadores na grande São Paulo desse período³, foi justamente os diversos grupos populares que irrompiam na cena pública “reivindicando seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos” (SADER, 1988, p.26). Essas novas identidades coletivas sendo vistas por suas novas linguagens e valores que professavam nos lugares e meios que manifestavam. Tal impacto desses movimentos sendo revalorizados nas práticas do cotidiano popular. Sader aponta como a vitória de Tancredo Neves no colégio eleitoral marcando como decisivo na transição do sistema político e alterações na sociedade civil, destacando o período entre 1978 e 1985.

Após esse período de violações de direitos básicos de manifestações e repressão exacerbadas, o poder público inicia gradativamente aberturas políticas para conter e responder às demandas sociais, mesmo sob a vida de mecanismos tradicionais de representações de interesses (sindicatos e partidos) até então, desarticulados e mantidos sob total controle estatal. Essa fase de uma nova gestão da esfera pública, que levou o apelo de participação limitada e periférica de aparelhos do Estado (SOMARRIBA e AFONSO, 1987).

Com a vitória do PMDB nas eleições de 1982, a proposta de participação popular nos programas públicos tornou-se mais generalizada entre os vários órgãos do Estado voltados para a área social. A época da campanha eleitoral para o governo estadual, o partido lançou o documento ‘Diretrizes para um plano de governo em Minas’, no qual se tem delineada a proposta de ‘participação da sociedade nos negócios públicos’ (SOMARRIBA; AFONSO, 1987, p.91).

³ SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-80. [S.l.: s.n.], 1988.

Tal tendência mencionada via a ascensão do PMDB no governo do Estado foi manifestada na formação de diversas Comissões e Conselhos, pressionados por movimentos populares. Essa abertura progressiva do regime permitiu as diversas divisões ideológicas, que até então comandadas por uma oposição caçada na estrutura autoritária.

A historiadora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi em sua dissertação de mestrado estudou a experiência participativa da administração municipal em Juiz de Fora no período de 1983 e 1988, com enfoque de analisar as interações no que diz respeito à democratização das relações de poder a nível local⁴. A autora aponta para a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH-JF) na cidade como instâncias que contribuíram diretamente no fortalecimento as diversas organizações populares, que até então foram desmobilizadas a partir do regime militar de 1964. A autora levanta o dado em sua pesquisa que aponta entre 1983-1988 o período de maior mobilização das diferentes associações na cidade de Juiz de Fora, sendo via associação de moradores, sindicatos e CEBs. Tal conjuntura, se interligando ao processo de modernização administrativa na cidade de Juiz de Fora, durante a gestão da prefeitura de Tarcísio Delgado (PMDB, 1983-1988), com uma administração baseada no tripé “competência, austeridade e participação popular”. Contudo, é ressaltado que tais “ousadias administrativas” de Delgado no primeiro mandato na cidade, não tendo resultado avanços políticos satisfatórios (SILVA, p.76, 2010).

O cerne da questão, como levantado por Ruth Cardoso (1983) é o confronto dos movimentos sociais urbanos e o Poder Público, politizando grupos sociais e conflitos, ultrapassando a dimensão econômico-corporativa da esfera política. Esse antagonismo estatal criando circunstâncias para organizações desses grupos marginalizados socialmente, adquirindo uma dinâmica própria. Cardoso aponta como “traço inovador” das participações populares, a “espontaneidade e seu senso de justiça” que contribuíram, em grande parte, para uma independência inicial das organizações da elite e partidos políticos até determinado momento. Emerge uma valorização da prática política direta, para além da crença do sistema representativo vigente, a busca por um espaço de autonomia de movimentos sociais.

Esta característica dos movimentos libertários reaparece nos bairros através da vivência da pobreza. São sobretudo grupos de pessoas que se sentem excluídas dos benefícios, injustiçadas. Pouco importa se existem diferenças de nível econômico

⁴ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Diferentes atores em papéis diversos: a barganha política no palco da gestão participativa em Juiz de Fora. (1983-1988). 1990. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. 1990.

entre os participantes. O que os une é um sentimento e não a exiguidade de recursos. A comunidade é percebida como uma experiência de igualdade. Retoma-se a oposição clássica entre comunidade/sociedade para confrontar a unidade de interesses dos grupos de base com a sociedade que, por definição, é dividida em classes e cortada por privilégios e conflitos (CARDOSO, R., 1983, p.339-340)

As aglutinações que caracterizam os movimentos sociais é a reunião daqueles que sofrem de uma mesma opressão, via uma cooperação entre os indivíduos que de fato, ou imaginariamente, vivenciam os mesmos problemas. As organizações de favelados⁵ e de bairros, pegam a interseção da vivência da pobreza, que se sentem excluídos de benefícios municipais e injustiçados pela exiguidade de recursos (CARDOSO, R., 1983).

Capítulo 3. Movimento comunitário Unibairros

3.1. O surgimento

O negro brasileiro foi sempre um organizador. Durante o período no qual perdurou o regime escravista, e, posteriormente, quando se iniciou – após a Abolição - o seu processo de marginalização, ele se manteve organizado, com organizações frágeis e um tanto desarticuladas, mas sempre constantes: quilombos, confrarias religiosas, irmandades, cantos na Bahia, grupos religiosos como o candomblé, terreiros de xangô e mesmo de umbanda, mais recentemente. Com isto ele procurava obter alforria, minorar a sua situação durante o regime escravista e, posteriormente, fugir à situação de marginalização que lhe foi imposta após o 13 de maio. Em toda a nossa história social vemos o negro se organizando, procurando um reencontro com as suas origens étnicas ou lutando, através dessas organizações, para não ser destruído social, cultural e biologicamente (MOURA, 1981, p. 43).

O movimento comunitário Unibairros não se formou com a proposta racial em sua centralidade inicialmente. Contudo, ao longo da trajetória do movimento, os discursos antirracistas foram sendo construídos gradativamente devido às próprias vivências de boa parte de seus integrantes, bem como à população das comunidades envolvidas. Com a compreensão das periferias como fragmentos advindos de estratificações sociais do período escravocrata e que, por ausência de políticas públicas direcionadas, impediu em grande parte a inserção da

⁵ AFONSO, Maria Rezende; AZEVEDO, Sérgio de. Cidade, Poder Público e Movimento dos favelados. In: POMPERMAYER, Malori José Jr. Movimentos Sociais em Minas Gerais: Emergência e Perspectiva. Belo Horizonte: UFMG, 1987. p. 112-130.

população afrodescendentes do convívio social. Dessa forma, a pobreza não se tratando apenas de uma questão de classe, mas, uma intersecção com a questão de raça e gênero⁶.

No trabalho intitulado “O lugar dos negros pobres na cidade: estudo na área de risco do bairro Dom Bosco”, por Ana Cláudia de Jesus Barreto⁷, é um importante estudo de caso que analisa a questão da racialização do espaço urbano em Juiz de Fora. Barreto apresenta estatisticamente como a população negra na cidade compõe majoritariamente áreas consideradas de risco físico (sujeitas aos deslizamentos de terras e inundações) pela Defesa Civil do município e, consultada por ela indagando sobre a cor de seus moradores. Nesse Levantamento Populacional e Étnico das áreas revelou que 70,5% das pessoas da cidade sujeitas aos desastres naturais são pessoas negras (levantamento de 2010). Boa parte dos bairros levantados para essa pesquisa, compuseram e/ou apareceram nas edições do jornal Unibairros.

O Unibairros de Juiz de Fora funciona hoje, como uma associação civil, sem fins lucrativos, com atuação em cerca de 54 bairros periféricos em Juiz de Fora. Sua formação se deu a partir de um encontro de jovens promovido na chácara dos padres Dominicanos, no bairro São Pedro, no dia 19 de outubro de 1980⁸. Mesmo ainda tendo sua sede ativa, a análise do movimento comunitário aqui analisado é datado no período de formação até fins dos anos 90, por conta de sua atuação incisiva no que tange os debates políticos, sociais e raciais no período de redemocratização da política brasileira. Politicamente o movimento Unibairros atuou levando as reivindicações populares junto ao poder executivo municipal e, fazendo a crítica a sociedade capitalista antidemocrática.

No contexto da abertura política (“lenta gradual e segura” - slogan do presidente Geisel 1974-79), a forte presença de jovens nas igrejas católicas ligadas à Teologia da Libertação em Juiz de Fora em diversos bairros era atuante e com forte atuação. Como apontado por Cláudia Viscardi (1990), enquanto alguns grupos se limitavam a estudos evangélicos ou a prática assistencialista, outros almejavam um compromisso maior com a comunidade a que estavam inseridos, tratando de se colocarem como agentes organizadores da população coma a obtenção

⁶ Não objetiva a análise da questão de gênero nesse momento, sendo uma questão a ser abordada em trabalhos futuros. Sobre análise de gênero, raça e classe ver: DAVIS, A. (2016). Mulheres, raça e classe, trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo.

⁷ O LUGAR DOS NEGROS POBRES NA CIDADE: ESTUDO NA ÁREA DE RISCO DO BAIRRO DOM BOSCO. Ana Cláudia de Jesus Barreto. Libertas, Juiz de Fora, v.10, n.2, p. 188 - 215, jul-dez / 2010 – ISSN 1980-8518.

⁸ Informação retirada no editorial da primeira edição do jornal.

de necessidades básicas renegadas aos seus bairros. Nesse último grupo de análise, sendo encaixado o movimento comunitário Unibairros.

Em seu Estatuto, aprovado em Assembleia Geral no dia 11 de novembro de 1982, é explicitado que a organização seria via a legislação de tal Estatuto, Regimento interno e órgãos deliberativos, podendo manter sedes em diversas áreas geo-culturais. É disposto também, a autonomia do movimento no que tange às políticas de estudo, pesquisas, promoção de eventos culturais, cursos, órgãos de divulgação e produtos culturais.

Capítulo II

Dos fins

Art. 3º - O Unibairros, através da pesquisa e da cultura, objetiva, prioritariamente a prestação de serviços à comunidade;

Seção I

Da Cultura

Art. 4º - A cultura, no Unibairros, atenderá aos seguintes princípios:

- I – Desenvolvimento integral da pessoa humana e sua participação no processo decisório;
- II – Respeito à dignidade humana e às liberdades fundamentais;
- III – Prescrição de tratamento desigual por preconceito de qualquer ordem;
- IV – Preservação, expansão e divulgação do patrimônio cultural.

Seção II

Das Pesquisas

Art. 5º - A pesquisa, no Unibairros, constituir-se-á em:

- I – Processo de atualização e de aprofundamento em todas as áreas do conhecimento;
- II – Meio de descobrimento de vocações, desenvolvimento das faculdades inventivas ou criadoras e aprimoramento de habilidades para o trabalho;
- III – Fator de desenvolvimento técnico- científico, econômico e social.

Seção III

Da prestação de serviços à comunidade

Art. 6º - O Unibairros, no exercício de suas atividades, terá sempre em vista sua integração na comunidade para com ela participar conscientemente do processo de desenvolvimento regional e nacional; (Estatuto Unibairros, 11 de novembro de 1982 - Arquivo Unibairros.)

Inicialmente, a formação do grupo foi bem diversa, como aponta Luciana Verônica da Silva em sua dissertação de mestrado (2010). O movimento foi composto por diferentes sujeitos de categorias ocupacionais diversas, tendo como ponto de encontro a intenção de obter melhorias para os bairros (carentes de atenção do setor público) e também a necessidade de politização dos moradores sobre a conjuntura municipal e nacional.

Sendo um grande grupo com atuações e composições diversas em diversos bairros em Juiz de Fora, como mencionado por um de seus membros fundadores José Geraldo da Silva em entrevista com o historiador Dalmir Francisco (1987) em seu trabalho⁹, o movimento posteriormente foi composto por diferentes subgrupos. Pode-se citar a atuação grupo de Teatro, grupo de Mulheres, grupo de Estudos Políticos e, o enfoque desta pesquisa, o Grupo Negro.

Segundo o depoimento colhido por Francisco (1987), o Grupo de Negros do Unibairros foi fundado em 1981, objetivando a discussão da sociedade racista brasileira e modos de participar da luta e superação dessa estrutura marginal. Dessa forma, a princípio, o objetivo principal do grupo não era agrupar um único grande número de negros, mas, incentivar a criação de vários pequenos grupos em diferentes localidades. Partindo do princípio de avivar o debate e crítica do racismo dentro do próprio movimento Unibairros para a defesa dos direitos do ser humano negro. O Grupo Negro organizou diversos grupos de estudos para politização e conscientização de seus membros sobre o racismo, discriminação racial e valorização da cultura negra vividos pelos negros da periferia da cidade.

3.2. As estratégias de politização do movimento: o jornal dos Bairros de JF

As edições do jornal Unibairros cumpriu um importante papel como instrumento de politização e pedagogização da população juiz forana. Esse material serviu como meio de propagação e difusão de pautas por sujeitos que não se localizavam dentro da grande mídia hegemônica. Mesmo em condições desfavorecidas (seja por conta do autoritarismo vigente e/ou do investimento necessário para colocar materiais em circulação), o movimento Unibairros disputou esse espaço e colocou materiais em circulação. Os jornais comunitários em muito se assemelham (com algumas especificidades) a imprensa negra e os jornais alternativos, ao se

⁹ FRANCISCO, Dalmir. Movimento negro, cidadania e estado. In: POMPERMAYER, Malori José (org.) Movimentos sociais em Minas Gerais. Belo Horizonte, UFMG, 1987. p. 271

tratar do caráter de questionamento e críticas à sociedade vigente, com entrelaçamentos de raça, classe e crítica conjuntural.

A obra de Bernardo Kucinski, *Jornalistas e Revolucionários* (1991), é um importante ponto de partida se tratando da análise dos jornais alternativos que circularam durante a Ditadura Militar. Logo no início da obra, o autor busca definir as diferentes nomenclaturas já utilizadas para aquele material produzido e o que cada termo implicaria na análise. Chamados por uns de “imprensa nanica” a fim de enfatizar a pequenez de sua organização e escala atingida, como também o uso de um sentido pejorativo de bagunça, imaturidade ou algo que não tem certa relevância. O autor utiliza e defende o uso do radical “alternativo”, pois o próprio termo deixaria já explícito a não concordância e embate as esferas públicas hegemônicas e a política dominante; reação de duas coisas que se excluem mutuamente e uma proposta de sujeitos de protagonizarem transformações sociais nos anos 1960 e 1970. Kucinski sinaliza que os periódicos analisados, de comum, possuíam a oposição intransigente ao regime militar brasileiro vigente.

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual jornalística sob o autoritarismo que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. Compartilhavam, em grande parte, um mesmo imaginário social, ou seja, um mesmo conjunto de crenças, significações e desejos, alguns conscientes e até expressos na forma de uma ideologia, outros ocultos, na forma de um inconsciente coletivo (KUCINSKI, 1991, p.6-7)

Se tratando especificamente as similitudes da imprensa negra brasileira, utilizando do trabalho de José Antônio dos Santos (2011), é preciso retomar ao século XIX e XX, que localiza os primórdios dessa produção. A partir de 1833 circularam os jornais “O Mulato” (posteriormente nomeado “O Homem de Cor”), “O Brasileiro Pardo”, “O Cabrito” e o “Lafuente”, “O Homem” de 1876, A Pátria – “Órgão dos Homens de Cor” (1889), e O Progresso – “Órgão dos Homens de Cor” (1899). O contexto de surgimento e circulação desses jornais foram a partir dos “mulatos livres” que questionavam e pressionavam a ordem vigente imperial sobre a discriminação racial vivenciada e a defesa de seus direitos e oportunidades necessárias pré e imediato ao pós abolição¹⁰.

¹⁰ Como mencionado por Santos (2011), especificamente do contexto de século XX, tais periódicos destacavam as questões educativas da população negra e questionamentos de cunho “moralizador”. Isso se justifica a pensar

Na luta contra o preconceito racial e por melhor situação econômica, as disputas – ideológicas, estratégicas, religiosas e de gênero – dentro das trincheiras do movimento negro não impediram certa unidade nas reivindicações. A solidariedade e a identificação étnico racial foram dispositivos acionados para a unidade política, construída sobre bases precárias para a mobilização social, em virtude da hegemonia do discurso pró-nacionalidade, acima das diferenças, proposto pelos militares naquele momento (SANTOS, J., 2011, p.38)

Partindo da definição de José Antonio dos Santos, compreendemos a imprensa negra como jornais escritos e dirigidos especificamente para a população negra. Com base a essa delimitação, parte a abrangência de jornais que circularam desde finais do século XIX até os atuais, produzidos por comunidades periféricas racializadas, como o “Unibairros - o jornal dos Bairros de JF. Ainda assim, é preciso relacionar tais características ao caráter propriamente comunitário, à medida que a própria comunidade de forma orgânica que redige, produz e faz circular com seus próprios meios o material em questão. O caráter “comunitário” desse tipo de jornal não implica um amadorismo ou desorganização, uma vez que a própria periodicidade e conteúdo do jornal Unibairros comprova a estrutura organizacional.

Para essa pesquisa foram analisadas 36 edições do jornal Unibairros, partindo de um olhar atento a identificar a luta antirracista do movimento. A de se explicitar as edições de números: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 39 e 42. A partir da análise de tais edições, é possível identificar características explícitas e implícitas do discurso, ideias de politização e público alvo direcionado ao olhar da realidade da população negra periférica juiz forana.

O “Unibairros - o jornal dos Bairros de Juiz de Fora” circulou na cidade entre 1980 e 1990 e teve grande empenho por parte dos seus participantes na organização. A proposta principal era que, cada bairro expusesse suas demandas, carências e denúncias específicas de sua realidade, de forma plural e democrática, contrapondo o silenciamento dos jornais de grande circulação da classe média econômica local perante o que acontecia nas periferias da cidade. Logo na primeira reunião do movimento foi deliberado (em abril de 1980), a necessidade de conscientização de assuntos intrínsecos a cidadania, conhecimentos da cidade e sobre a administração municipal. Isso porque, nesse momento, a cidade de Juiz de Fora circulava jornais impressos produzidos pela classe média na grande mídia.

que o negro, naquele contexto brasileiro de discussão de cidadania ainda restrita aos negros desejavam, mais do que tudo, se integrar naquela sociedade.

A partir de dados do Arquivo Municipal de Juiz de Fora, entre a década de 1970 e 80 os jornais que circularam na cidade eram: A tarde, Correio da Mata, Diário da Manhã, Diário da Tarde, Diário Mercantil, Diário Regional, O Lince e o Tribuna de Minas. Assuntos centralizados nos acontecimentos culturais, sociais e econômicos do centro e, a tendência de marginalização e estereotipação da periferia: tida como apática e desinteressada dos assuntos políticos da cidade.

Com uma tiragem de aproximadamente 4 mil exemplares e uma proposta mensal, cerca de 20 pessoas eram encarregadas na edição do material de slogan “mostrar a Juiz de Fora o que estava acontecendo nos bairros”. Tal slogan apresenta a ideia de uma periferia que não se via pertencente a cidade, uma vez que o poder público e a própria classe média dos centros os ignoravam (seja por meio a não oferta de serviços públicos básicos como moradia, educação, saúde, empregos formais e até mesmo a produção cultural e intelectual produzida pela periferia). A análise desse material é de suma importância para entendê-lo como espaço de participação e exercício de uma democracia, diferencial de demais movimentos comunitários também existentes no próprio município na década de 80.

3.3. Mecanismos comunicativos do jornal Unibairros

A estrutura do jornal nos fornece uma divisão de conteúdos entre a Capa, Editorial, Coluna do Negro, Horóscopo, colunas intituladas com nomes de bairros e suas demandas, charges, Coluna “Nós Mulheres”, Trovas & Poesias, Dia-a-Dia, espaço para cartas, coluna “Curtas e Grossas”, coluna do grupo de Teatro, espaço para anúncios de eventos, reuniões e, espaço com brincadeiras e exercícios. Nos ateremos à análise mais profunda nas produções do grupo Negro do movimento (através da coluna do negro) mas também, um breve olhar nas charges do personagem Oscar Trovoadá, horóscopo, trovas e poesias, aqui você brinca e se instrue e também algumas capas do jornal. Essa triagem foi feita a partir da identificação de conteúdo antirracistas do movimento comunitário em outras partes do jornal, para além da coluna especificamente do negro.

A seguir, consta a tabela com as 36 edições analisadas nesta pesquisa dividida por: colunas; edições e total de aparecimento de cada coluna em todo o jornal.

Tabela 1: Relação de edições analisadas e colunas do jornal Unibairros.

	Coluna do Negro	Oscar Trovoadis	Horóscopo	Trovas e poesias	Aqui você brinca e se instrue	Capa temática negra
Edições	5 - 6 - 7 - 9 - 10 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 20 - 21 - 23 - 24 - 25 - 26 - 30 - 31 - 34 - 35 - 36 - 37 - 39 - 42	1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 10 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 21 - 24 - 27 - 28	3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 20 - 21 - 23 - 24 - 25 - 26 - 27 - 28 - 30 - 31 - 34 - 35 - 36 - 37 - 39 - 42	1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 19 - 20 - 21 - 23 - 24 - 25 - 27 - 28 - 30 - 31	1 - 2 - 3 - 5 - 6 - 7 - 8 - 10 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 20 - 21 - 23 - 24 - 25 - 26 - 27 - 28 - 30 - 31 - 35 - 36	31 - 37
Total	28	20	32	28	29	2

Em relação às autorias de cada seção do jornal, percebe-se dois movimentos ao longo da vigência de sua produção: o primeiro momento, de curta duração, que foi atribuído nomes de sujeitos individuais e um outro que, todo o grupo (exemplo, Grupo Negro, Mulheres, Teatro, etc.) atribui autoria. Esse movimento é compreensível a partir do momento que o jornal Unibairros foi censurado e indiciado pela Lei de Segurança Nacional¹¹ em 1982, fazendo com que o grupo ocultasse nomes dos integrantes e autoria a fim de exposição e represálias.

Se tratando da linguagem utilizada pelo jornal Unibairros é muito característica e fornece importantes camadas de análise no que tange o perfil dos integrantes do movimento e objetivos do jornal. Em seu texto intitulado “Cumé que a gente fica?”¹², Lélia Gonzáles de forma brilhante sintetiza vários pontos enfrentados pela população negra periférica frente a sociedade brasileira, que se encaixa diretamente aos dilemas vivenciados e expressos pelos integrantes do movimento Unibairros.

... Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente prá uma festa deles, dizendo que era prá gente também. Negócio de livro sobre a gente. A gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até prá sentar na mesa onde

¹¹ Controle dos meios de comunicação por parte dos militares a fim de filtrar informações divulgadas ao público que pudesse ferir o governo ditatorial vigente. O Lei nº6.620 em vigor a partir de 1978 implicando crimes de segurança nacional, prevendo detenção e multas aos donos de jornais e quaisquer outros meios de comunicação que pudesse “indispor o povo com as autoridades constituídas”. BRASIL, Decretos, Leis, etc. Decreto-Lei nº 6.620, dez. 1978. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6620.htm#art55. Acesso em 26 de agosto de 2020.

¹² GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. IV Encontro Anual da Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Rio de Janeiro. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu prá gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. Eles tavam tão ocupados, ensinado um monte de coisa pro crioulo da platéia, que nem repararam que se apertasse um pouco até que dava prá abrir um espaçozinho e todo mundo sentar junto na mesa. Mas a festa foi eles que fizeram, e a gente não podia bagunçar com essa de chega prá cá, chega prá lá. A gente tinha que ser educado. E era discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso. Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela prá responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa prá falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba. A negrada parecia que tava esperando por isso prá bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava prá ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente prá festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discursadeira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Se tavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa prá gente da gente? Teve um hora que não deu prá agüentar aquela zoada toda da negrada ignorante e mal educada. Era demais. Foi aí que um branco enfezado partiu prá cima de um crioulo que tinha pegado no microfone prá falar contra os brancos. E a festa acabou em briga... Agora, aqui prá nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes... Agora ta queimada entre os brancos. Malham ela até hoje. Também quem mandou não saber se comportar? Não é a toa que eles vivem dizendo que “preto quando não caga na entrada, caga na saída”. (GONZÁLEZ, Lélia. p.223, 1984)

Já na primeira edição e página do jornal Unibairros, o grupo sinaliza seu papel e atuação como sendo a voz da periferia e todos os oprimidos falando para a cidade de Juiz de Fora, sem demais interlocutores “buscando assim uma forma de esclarecimento dos bairros e da cidade em geral de como é a realidade e nossas vidas, mostrando a rosa e os espinhos” (p.1). Como pontuado por Lélia Gonzáles, quando a “negrada” pega o microfone para falar por si só gera um incômodo na branquitude, até mesmo aqueles que se propõe a falar de tais mazelas mas, ainda silenciando, ao não dar espaço para que os próprios falam por si. E quando esses sujeitos “oprimidos” falam por si próprios, a branquitude classe média identifica os “dominados” da negritude da periferia como dominadores ora radicais. Simplesmente pela “ousadia” de sair do seu “quarto de despejo”, como já dizia Carolina Maria de Jesus¹³.

A analogia aqui utilizada como “quarto do despejo” justamente vem ao sentido literal da expressão: um local onde sujeitos são despejados por um poder público, “descartados” do convívio da sociedade a fim de assegurar a elite local um espaço privilegiado na cidade e acesso a políticas públicas. Ambiente de angústia, fome, dor e sofrimento vivenciada por moradores da periferia. A “ousadia” de Carolina Maria de Jesus a contestar esse quarto de despejo na década de 60, de certa forma similar ao movimento empreendido pelo movimento Unibairros,

¹³ JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo – diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

rompe com o silenciamento e gera o incômodo da burguesia dos centros da cidade, pois era algo naturalizado “na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira” (GONZÁLES, p.225, 1984).

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc., até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...) No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se visa é o impedimento de qualquer forma de unidade do grupo dominado, mediante à utilização de todos os meios que perpetuem a sua divisão interna. Enquanto isso, o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando do de ordem e segurança sociais (GONZALES, p.232-233, 1979).

A linguagem utilizada pelo jornal Unibairros em todas suas edições, o que é transcrito ao longo dessa pesquisa fielmente, é de cunho popular e coloquial, na contramão do padrão erudito que silencia e marginaliza possíveis leitores de outros lugares geográficos e condições sociais. Tal linguagem se aproxima do que Lélia Gonzáles chamou de “pretuguês” (1984), que resguarda as marcas linguísticas das peculiaridades da mistura do português com heranças linguísticas de idiomas africanos.

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal, quem é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que estão falando pretuguês... (GONZALEZ, Lélia, p.238, 1984)

Essa “africanização” do português, como apontado por Gonzáles, sendo de influência direta principalmente de origem Bantu, tronco linguístico que derivou grande parte dos africanos e africanas que foram traficados para o Brasil no período colonial. Pode-se citar algumas marcas do pretuguês como: predomínio de línguas de caráter mais tonal e rítmico, dando ênfase ao fonema R em contraponto ao L (como framengo, brusa) e concordâncias não operadas nos substantivos (como, “os homem, as casa e as fruta). O sentido da linguagem valoriza as trocas interculturais gerando uma linguagem viva.

Dando também uma oportunidade para que todos saibam como se vive, como se luta e que nos nossos bairros, que há grande valores culturais, sociais, políticos e intelectuais, possam vir a tona. Para que todos saibamos que não se vive só, pois o homem não consegue enfrentar os obstáculos sozinho, é preciso a UNIÃO para o crescimento da humanidade. Nossa luta, visa o bem comum, apoiando a quem luta em prol dos desfavorecidos, combatendo aqueles que possuem mas não se dão a dar". (Unibairros, edição 1, 1980 editorial)

3.4. *Uso político do humor*

Uma das principais ferramentas de politização do movimento foi o uso do humor de forma pedagógica. É de se destacar nesse sentido, a parte do Horóscopo no jornal (sendo utilizado 32 vezes nas 36 edições analisadas nesta pesquisa).

Horóscopo

Áries: Você é uma pessoa de caráter forte. Não desista. um dia você consegue sua casa própria.

Touro: Com o custo de vida do jeito que tá, é melhor você não pensar em comer muito.

Gêmeos: Controle suas despesas, se não terá problemas (com o pão, água, gás, etc., etc., etc.).

(...)

Leão: Seja inteligente. Aprenda a usar toda sua força num sentido mais construtivo. Ex.: Ajudar a tapar os buracos de JF.

(...)

Sagitário: Caminhe muito, pois as passagens de ônibus aumentaram (OUTRA VEZ).

Escorpião: Já notou como seu estado de espírito e a carestia influem em sua situação financeira?

Capricórnio: Domine o excesso de desconfiança. Quem sabe, um dia o prefeito pode até visitar o seu bairro, né?

Aquário: Quando alguém vier te assaltar, não tema: diga que seu patrão chegou primeiro (HORÓSCOPO. Jornal UNIBAIRROS, nº 13, 1982, p.2)

Essa linha de politização descontraídas dos leitores, foi um importante recursos utilizado pelo movimento a fim de difundir suas ideias em prol de uma conscientização política. No caça

palavras, em algumas edições era acompanhado com o título “Aqui você brinca e se ‘instrui’!”¹⁴ e ainda, incentivando para o preenchimento em grupos.

Figura 3: Aqui você brinca e se instrue!



Fonte: Jornal Unibairros, n° 6, 1981, p.6.

A charge foi um importante recurso dentro dessa perspectiva de humor. Por definição, as charges são elementos gráficos que, de forma humorada, apresentam de forma críticas situações, assuntos e questões do cotidiano da população, de forma original. Kucinski (1991) define em sua obra as charges como “humor impresso, militante e político”. A pertinência do aspecto visual complementando o humor e a crítica social faz desse recurso sendo um valioso meio de aproximação dos autores com os leitores para os devidos fins almejados. Vasconcelos exemplifica:

Este gênero pode vir acompanhado de textos ou trazer apenas a ilustração. As palavras, quando aparecem, têm a função de complementar a informação ou o sentido humorístico. A charge apresenta os fatos do cotidiano criticando e denunciando, para isso faz uso da ironia e do humor (VASCONCELOS, 2009, p.2).

¹⁴ AQUI VOCE BRINCA E SE INSTRUE. Jornal UNIBAIRROS, n° 11, 1982, p.7)

Na edição número 5, aparece um personagem que acompanha diversas edições do jornal Unibairros. Apresentado como Oscar Trovoada, ele é o personagem central em todas as charges do jornal Unibairros. Sabemos que as charges são utilizadas como mecanismo de ativismo político. Desse modo, as charges foram outra das estratégias discursivas de politização e pedagogização utilizada pelo movimento a fim de endossar a luta antirracista na cidade. Dessa forma, mesmo não estando na coluna do negro ou do movimento negro, o personagem é representado com a pele negra, diversas situações de vulnerabilidade social, preconceitos e intolerâncias. Evidentemente, a cor escolhida para representar o personagem do jornal não foi por acaso.

Figura 4: Charge Oscar Trovoada 1, sem título



Fonte: Jornal Unibairros, nº5, 1981, p. 4.

Na leitura da referida charge anteriormente, percebemos Oscar Trovoada caminhando tranquilamente e abordado por um sujeito (branco), pedindo autógrafa. O sujeito branco acreditava que Oscar Trovoada poderia ser várias celebridades negras diferentes, que de nada tinham de semelhança física a não ser propriamente um homem negro. De um jogador de futebol a um cantor de bossa nova, profissões dos poucos negros idolatrados na sociedade

racializada em preconceitos e estereótipos, a partir do momento que o personagem Oscar diz que não é nenhum dos dois, o personagem branco se assusta e o associa logo a um criminoso, chamando Oscar de “negão”.

Uma das heranças do período escravocrata brasileiro é justamente a criminalização do corpo negro liberto. Negro sendo escravo ora sendo bandido, marginal. Ser “negão” significando algo ruim, algo que nem mesmo os negros queriam ser. Por isso o tamanho da importância do trabalho que os movimentos negros empreendiam naquele momento: de reescrever sua própria História, positivar suas lideranças, cultura, trajetórias e resistências que por tanto tempo foram minimizadas pela elite política, econômica e intelectual.

Figura 5: Charge Oscar Trovoada 2, sem título



Fonte: Jornal Unibairros, n° 17, 1983, p.2.

Outra tirinha a ser destacada de Oscar Trovoada na edição 17: o personagem aparece com o corpo negro estirado na rua, descalço e com moscas sobrevoando seu corpo. O personagem está coberto por uma edição do jornal Tribuna de Minas, com a manchete de “avenida oferece segurança pública”. Essa charge apresenta o paradoxo da grande mídia hegemônica da cidade e o distanciamento com a realidade da grande maioria negra e periférica na cidade. Vendiam nos jornais uma segurança nas grandes avenidas do centro, enquanto a população dos bairros parecia de carências no que tange a qualidade de vida, moradia, segurança, empregabilidade e saúde pública. Exemplifica, também, o papel servido das grandes mídias em contraposição aos jornais comunitários, imprensa alternativa e jornais negros, com

o compromisso de mostrar as pautas reivindicatórias dos excluídos pelo poder público. Reivindicando uma cidadania mascarada.

Na parte de “Trovas, poesias e pensamentos” eram feitas reflexões profundas de forma poética acerca das condições sociais vividas pelos moradores da periferia da cidade. questões perpassando a relação/produção culturais, relações amorosas, econômicas de diversas formas eram retratadas, de forma a ligar diretamente as condições políticas por conta da concepção de que tudo que era passado não era casual, mas devido às estruturas do país e município.

Você já esteve liberto (a)?

Deste meu mundo que te rodeia e te sufoca?

Você já gritou? Já sonhou?

Já pensou na vida que depressa se vai? Igual a uma chuva de verão? Pense agora na sua idade. No seu tempo perdido. Antes de nascer já foi condenado a viver trancado no mundo, e cego na luz. Grite com todo que te trancam. Brigue por sua liberdade. Afinal você é a vida,

É amor, é natureza. O mundo não é o que eles pensam e sim o que você quer pensar.

Orton Gardel/Linhares.

(TROVAS, POESIAS E PENSAMENTOS, Jornal Unibairros, nº 6, 1981, p.4)

Questionamentos relacionados a existência ou não de liberdade eram recorrentes se tratando das poesias e charges. Reflexões profundas perpassando a condição social, racial e de descendência de africanos escravizados. A figura de Zumbi dos Palmares como um dos heróis para a comunidade apareceu diversas vezes no jornal, desde poesias e também capas de algumas edições (31 e 37).

MORREU ZUMBI!

O luar dormiu

e desencontou....

Num silencio de tortura,

num grito de dor!

Os atabaques pararam

e a flauta chorou...

seu choro desconsolado!

A voz do segredo, gritou e acordou

os negros num pesar

de quem partiu ou morreu!

Lágrimas rolaram

na face do chão,

e o pranto

se estendeu

no silêncio que martirizou Zumbi!

No meio da noite,

pássaros,

poetas e meninos

excomungam os opressores

na ciranda dos Quilombos!

Por Francisco Pipio.

(A NOSSA POESIA, Jornal Unibairros, nº 31, 1987, p.7)

4. A “Coluna do Negro” no jornal Unibairros

É importante sinalizar para a construção e fortalecimento do espaço do negro no jornal como sendo algo construído ao longo das edições e ganhando mais espaço gradativamente dentro do jornal. A primeira vez que a coluna do negro apareceu foi na quinta edição, em abril de 1981.

Realizou-se no dia 11/04 uma reunião, com algumas pessoas negras, para discutirmos nossa situação no país e de modo especial em Juiz de Fora.

Nessa reunião discutimos pontos importantes:

O negro é oprimido duas vezes: 1º) sendo trabalhador, e como a situação da classe trabalhadora é de exploração e opressão o negro sofre estes problemas; 2º) pela cor de nossa pele e perda de nossa identidade cultural.

Como se não bastasse, a maioria da população negra está localizada nas favelas e mocambos; nos empregos podemos observar que as piores funções são destinadas aos negros; nos colégios e universidades o nº de negros é muito reduzido; e piorando ainda mais a nossa situação. a repressão policial atinge de uma forma mais violenta, visto que o negro é “antes de tudo um suspeito”.

Em nossa reunião, foi levantado também o problema do negro que quando adquire uma certa posição social, este tenta por tudo quanto é jeito esconder sua condição de negro. Devemos frisar que, o que ficou bem claro entre todos os participantes da reunião, foi a preocupação de todos aqueles, negros ou brancos, que desejam discutir e ajudar na nossa luta: e que seja um movimento apartidário, isto é, que contém pessoas das mais diversas tendências. Outra preocupação levantada é de não praticarmos o racismo às avessas, porque sabemos que racista é a ideologia da sociedade burguesa. Estamos ciente que nossa luta é ao lado de todos os oprimidos, sem deixarmos nossos problemas específicos. Azarias. Unibairros/Floresta (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, Jornal Unibairros, nº 5, 1981, p.3)

A “Coluna do Negro” foi criada e escrita a maior parte do tempo por Paulo Azarias. Filho de mãe empregada doméstica e pai operário, nascido e criado no bairro Floresta em Juiz de Fora. Em depoimento colhido para essa pesquisa, com Azarias no dia 16 de agosto de 2020, ele menciona brevemente o histórico do bairro de origem: que antes era uma grande propriedade escravista chamada “fazenda da Floresta”, produtora de café e que atualmente, tem enfoque na criação de gado de corte. A trajetória de Paulo Azarias perpassa a sua formação em ajustador mecânico aos 14 anos, aos 18 anos servindo ao exército e posteriormente sendo o primeiro negro do bairro Floresta a estudar no Colégio Técnico universitário (CTU), fazendo técnico em metalurgia. A partir desse momento, inicia a militância de Azarias, participando em chapas de oposição no sindicato dos têxteis. Aos 19 anos passa a ter contato com o movimento Unibairros.

Depois disso, morando lá no Unibairros estudando no CTU e estando no sindicato a noite, organizamos várias ações. Eu fui o líder da primeira greve dos estudantes secundaristas no período da ditadura, no início da década de 80. A gente foi talvez no Brasil a primeira instituição de ensino de segundo grau a participar de uma greve e partindo para organizar a União Secundaristas Juiz Foranos, que foi fechada durante o golpe de 64. E no Unibairros eu criei a coluna do negro onde a gente fazia as discussões sobre as questões raciais. Durante um bom período eu assinava a coluna. Mas 82, 83 foi indiciado na Lei de Segurança Nacional. E aí a gente teve algumas preocupações principalmente de expor assinando nossos nomes. (Depoimento de Paulo Azarias em 16 de agosto de 2020).

A “Coluna do Negro” ao fazer a intersecção de raça e classe, contribuiu de forma incisiva para a politização e pedagogização dos leitores para uma conscientização. Até então, o discurso universalista das esquerdas brasileira (grande parte do movimento estudantil, operário, feminista e sindicatos) colocavam a par de um hipotética igualdade toda a categoria, sem se ater

às subjetividades de cada indivíduo no mesmo grupo. Como se as vivências e explorações vivenciadas por trabalhadores negros fosse tal qual a do branco na mesma categoria. Essa politização, feita também pelos movimentos negros a nível nacional, se fez muito presente em todas as edições do jornal comunitário Unibairros.

A própria publicação redigida destaca para uma maioria da população negra ser residente das favelas, empregos precários e carente de espaços de educação formal. Quando este, consegue adquirir uma melhor posição social, enfrenta um processo de perda de identidade cultural dos indivíduos negros. Esse ponto será retomado em diversas outras publicações, justamente para positivar a imagem do negro em uma sociedade racista que em tudo associava ao ruim, sujo e pior. Para além da estética e cultura, sinalizam para as perseguições ao corpo físico, quando o alvo da polícia e a forma mais agressiva de abordagem especificamente para aquele perfil, simplesmente pela sua forma de ser. Justamente por se tratar de um jornal produzido por bairros periféricos da cidade de Juiz de Fora, herdeira de uma sociedade extremamente escravocrata que ainda permanece com uma pobreza racializada¹⁵.

O trabalho empreendido pelo *Grupo Negro* do Movimento Unibairros foi em consonância com o cenário nacional, utilizando da imprensa para aglutinação, disseminação da consciência racial e fortalecimento para a luta antirracista na cidade. Para isso, como divulgado nessa primeira coluna analisada, o *Grupo Negro* realizava reuniões específicas para atender e discutir as demandas, como também formas de alcançar ainda mais pessoas na cidade de juiz de fora. O discurso do apartidarismo e diversidade foi utilizado ao longo das colunas justamente para uma maior inclusão e apoio, uma vez que a luta é coletiva, comunitária.

O grupo negro do Unibairros, que possui a principal meta que é trazer para a pessoa a importância da negritude, no sentido de rechaçar todas as medidas discriminatórias exercidas sobre o negro nesta sociedade capitalistas selvagem, deliberou em reunião, pelo não reconhecimento da comissão especial destinada a coordenar os trabalhos de comemoração, a cada ano, da “abolição da escravatura” neste município. Esta comissão está amparada pela lei municipal nº 7109 de 19 de junho de 1987.

Nós do grupo negro do Unibairros questionamos o critério traçado pela prefeitura municipal, ao criar uma comissão ‘fantasma’ sem qualquer respaldo da comunidade negra local.

A referida comissão foi constituída sem uma consulta prévia aos grupos de consciência negra desta cidade, por isso a mesma não reflete o pensamento dos mesmos.

¹⁵ BARRETO, Ana Claudia de Jesus; BARCELOS, Warllon de Souza. A racialização do espaço urbano em Juiz de Fora-MG: Uma experiência no Bairro Dom Bosco. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17422/14739>>

O dia 13 de maio é considerado pelo movimento negro nacional como dia de repúdio à situação atual de marginalização da comunidade negra brasileira e não de comemoração como pretende esta comissão.

P.S.: Os demais grupos são Consciência Negra de Santo Antônio, de Santa Luzia, Agentes de Pastoral Negros, GEABA

(EDITORIAL. Jornal Unibairros, N°31, 1987, p.2).

Para além de contribuir com uma politização via escrita, mas também um engajamento presencialmente da população negra dos bairros, a coluna do Movimento Negro do Unibairros divulgava as reuniões tanto do Grupo de Negros do movimento comunitário, como também de outras organizações da cidade. Na edição n°13 em 1982, comemoravam o avanço de espaços de discussão sobre a cultura negra e participação na sociedade em congressos, bairros e outros eventos, quebrando a ideia de que “o movimento negro é coisa de racismo ao inverso”.

A nossa concepção de luta pela causa do negro é a soma dos vários movimentos que atuam em JF, a cooperação mútua e necessária. Condenamos as tentativas de divisionismo e de supremacia que possam tomar forma dentro de movimentos que empunham a bandeira da causa negra. O grupo está aberto às discussões, críticas, sugestões e as várias manifestações que lhe possam ser dirigidas ou dele partir, numa tentativa positiva de unificar as lutas dos movimentos análogos que atuam na cidade, sem que isso interfira em suas linhas de trabalho (M. NEGRO. Jornal Unibairros, n° 23, 1984, p.2).

A história do Quilombo de Palmares e a luta de Zumbi como símbolo de resistência foi utilizada em diversas edições no jornal Unibairros. Na edição de número 24, uma coluna ocupando a página inteira com o título “Viva Zumbi!” assinada pelo “grupo negro Unibairros” contou toda a trajetória daquele quilombo e seu simbolismo para uma luta de uma sociedade de igualdade. É feito também, uma chamada para a participação da “Associação Beneficente Quilombo dos Palmares”, com reuniões todos os sábados à tarde na “esquina da Rua Floriano com a Getúlio Vargas”.

Quando o Quilombo dos Palmares foi destruído, melhor dizendo, “República dos Palmares”, havia um n° considerado de 30 mil habitantes. Zumbi depois de ferido em batalha, seguidamente foi morto e teve sua cabeça exposta em Recife para que o povo pudesse observar. Mas quem era Zumbi? Zumbi era um homem que sonhava e pretendia realizar um mundo socialista, onde todos pudessem participar, e assim, brancos, negros, índios e amarelos pudessem viver em paz. Jamais os quilombos eram lugar de bandidos assaltantes, como diziam na época. Mas sim um lugar onde todos eram iguais. Todos de que uma forma viviam escravizados ou marginalizados.

Se o Brasil tivesse seguido o exemplo dos Quilombos, hoje, preconceito, poder e exploração já seriam obstáculos vencidos. Hoje o exemplo de Zumbi deve ser seguido

por todo negro, todo índio, por todo povo que quer ser livre. Foi em 1888 a libertação dos escravos, mas o negro ainda continua com suas mãos atadas, pois sua participação no meio social é limitada. O negro é a maior parte da população periférica do Brasil e a este negro não lhe são dadas as mesmas questões de igualdade onde sempre o branco leva vantagem; seja no trabalho ou nas questões de vivência onde os filhos de Deus vivem (VIVA ZUMBI. Jornal Unibairros, nº24, 1984, p.4).

Na edição de número 26 do jornal Unibairros, no ano de 1985, já no terminar do governo militar, encaminhando para uma nova Constituição democrática (o qual teve incisiva participação do movimento negro nos debates)¹⁶, a edição da Coluna do Negro se deu para o debate acerca do “falso simbolismo” do dia 13 de maio¹⁷ (abolição da escravatura). O grupo de negros do movimento descrevem a data como “o grito do patrão”, uma vez que a partir do século XIX, com os processos de industrialização e avanço do capitalismo, seria infundável manter indivíduos sem capital para consumo de produtos fabricados, bem como insustentável para os “donos” de escravos sustentar escravizados.

O movimento negro nacionalmente travou um embate histórico e ideológico sobre a data marco para a população negra no país. Se até então o dia estabelecido era o dia da assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel no dia 13 de maio, o movimento negro lutou para que fosse reconhecida a data da morte de Zumbi do Quilombo dos Palmares, representando a resistência e luta do povo negro, não mais pela benevolência e negociação branca. Mostrar o protagonismo da população negra para a sua libertação. Além disso, sinalizar para os resquícios e atualizações do sistema escravista na sociedade capitalista, uma vez que a população negra foi marginalizada e não inserida na sociedade de forma igualitária em oportunidades.

Hoje, os negros como em 1800, sofrem as mesmas discriminações, são obrigados a viver em periferias (quando não favelas), não tem direito em ocupar grandes cargos (políticos, empresas, estatais particulares), oficialato das forças armadas (...) e inclusive nas comissões criadas pelo Congresso Nacional, com a que cuidará da comemoração dos 100 anos do “fim da escravidão”, que não tem sequer um negro. É esta a realidade de nós negros. Hoje, vivemos numa sociedade opressora, não temos uma escola libertadora e como se não bastasse a vergonha de termos tão maus políticos e governantes. 13 de maio! Comemora-se a conquista e liberdade do branco-patrão opressor (COLUNA DO NEGRO. Jornal Unibairros, nº 26, 1985, p.6).

¹⁶ SANTOS, Natália Nérís da Silva. A voz e a palavra do movimento negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987-88): um estudo das demandas por direitos. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.

¹⁷ COLUNA DO NEGRO. Jornal Unibairros, nº 26, 1985, p.6.

Na edição de maio de 1988 (edição 37)¹⁸, a capa aborda o dia 13 de maio como dia nacional de denúncia contra o racismo, não seguindo a narrativa tradicional que leva a data como o dia de liberdade da população negra. No corpo do jornal, duas páginas completas com informações acerca da continuidade da escravidão no país após do 13 de maio de 1888. Conteúdos como a duração de 372 anos do período escravista formal no país, 15 milhões de negros sequestrados da África vivendo uma cruel e violenta exploração humana, econômica e cultural. O país sendo um dos últimos no mundo a abolir a escravidão e, pelo censo do IBGE de 1980 a população negra sendo 44,5%, este número, sendo a maioria excluída na participação política, econômica, social e cultural no país. Além disso, ressaltando a existência de quilombos como resistência contra a opressão, quilombos em minas gerais e hoje, a existência de movimento negro organizado em todo o país (com entidades políticas, culturais, religiosas e recreativas). Faz um rico balanço histórico da condição da mulher negra no período escravista, as relações de raça e gênero; do apagamento da história do negro no Brasil e de África nos livros de história, índices de evasão escolar e analfabetismo com o recorte de raça. Número de negros vivendo em periferias, favelas, cortiços, sem água encanada e saneamento básico, fazendo todo esse paralelo com permanências da escravidão na contemporaneidade.

O Grupo de Negros do movimento comunitário se fortalece e se torna expressivo, ainda retomando na mesma edição referida a temática étnico racial, com uma nova coluna com o título “o 13 de maio não é nosso dia: nosso dia é o 20 de novembro, dia de Zumbi”. Nos debates sobre a Constituinte, a coluna ainda menciona a postura de José Sarney perante essas discussões.

Portanto, não podemos compactuar com o caráter festivo e comemorado do tal centenário da abolição, preparado pela comissão oficial do governo Sarney. Este projeto da “nova república” busca desmobilizar o Movimento Negro autônomo e independente do Estado e cooptar as lideranças negras e populares. Além disso tenta capitalizar em cima das datas históricas da resistência negra, diluindo o conteúdo da luta contra o Racismo, a Discriminação Racial e a exploração.

O 13 de maio é uma data da história oficial das classes dominantes. Nós do Movimento Negro Autônomo não compactuamos com o Estado, o governo da nova república e as elites burguesas que sustentam este sistema capitalista e excludente e mantém relações com o regime mais racista, fascista e criminoso do mundo - a África do Sul (EDITORIAL. Jornal Unibairros, nº 37, 1988, p.8).

Os trâmites das discussões da nova Constituição brasileira se estenderam por cerca de dois anos, a partir da instalação da Assembleia Nacional Constituinte de fevereiro de 1987, até sua

¹⁸ CAPA. Jornal Unibairros, nº 37, 1988.

promulgação em outubro de 1988. O movimento negro teve um papel de destaque nas discussões¹⁹, uma vez que aquele ano de 88 faria o centenário da abolição da escravatura no país. Indo em contraponto ao Estado e a grande mídia que celebravam a vitória da abolição, o movimento apresentava as condições de desigualdade e discriminação vivenciadas nas diversas esferas (educacional, política, saúde, trabalho, cultura e moradia), não havendo motivos para a comemoração, havendo necessidade do poder executivo implementar programas e políticas sociais.

4.2. Articulações políticas do “Grupo Negro” no jornal Unibairros

A coluna do movimento negro na edição n° 11²⁰, já debatia sobre a importância das eleições naquele ano e, especificamente sobre a participação do negro naquelas eleições. Para isso, foi entrevistado o presidente do Partido dos Trabalhadores de Juiz de Fora, Jorge Lima. A proximidade das pautas do movimento Unibairros com o Partido dos Trabalhadores era clara, desde as declarações formais (como a entrevista colhida com Paulo Azarias, responsável pela escrita da Coluna do Negro), como também em cenário nacional, sendo o único partido do período com tamanha expressividade e de que fato tinha setores engajados na luta dos pobres, trabalhadores, movimento negro, mulheres, operários, e LGBT.

Logo na primeira pergunta com Jorge Lima, Azarias, representando o grupo de Negros do Unibairros indaga sobre qual a visão do presidente do partido sobre a participação dos negros naquela eleição (1982).

Jorge Lima: Eu acho que o negro tem uma importância muito grande neste ano porque a maioria da população é negra ou decendente de negro. Daí a importância do negro participar ativamente neste processo de transformação, nesse ano eleitoral. (...)

O negro precisa tomar consciencia de sua importância na sociedade e assumir o papel como negro e deixar esse negócio de negro de “alma branca”, e ficar se humilhando, achando que não é capaz de se organizar como negro. Dentro disso aí a gente tem que assumir a negritude da gente, e isso me faz lembrar uma frase do Milton Gonçalves, ele disse: “Que o maior problema da vida dele era ele descobrir que era negro”. Isso porque a sociedade coloca o negro como um ser inferior e discrimina na sociedade. A gente precisa, como negro que somos, nos organizar porque a gente querer tampar o sol com a peneira negando a discriminação que existe. (...) Somente a partir de uns 3 anos pra cá e que o negro realmente está assumindo a condição de negro e procurando criar entidades que representam a sua vontade. Daí a criação do MNU (Movimento

¹⁹ SANTOS, Natália Nérís da Silva. A voz e a palavra do movimento negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987-88): um estudo das demandas por direitos. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.

²⁰ COLUNA MOVIMENTO NEGRO. Jornal Unibairros, n° 11, 1982, p.6.

Negro Unificado) em vários estados do país e uma divulgação da problemática do negro nos meios que foram ditos acima..

(...) A participação concreta do negro como parte integrante dessas minorias e a nossa união para discutirmos os problemas não só do negro, mas também dos índios, das mulheres, dos homossexuais enfim de todas as minorias e procurar através dessas discussões uma sociedade mais justa, onde a predominância não seria o capital, mas sim a vontade da sociedade que em tese seria o SOCIALISMO. Esse socialismo teria que ser de acordo com o nosso meio de vida.

(MOVIMENTO NEGRO. Jornal Unibairros, nº11, 1982, p.6).

Jorge Lima foi um dos fundadores e presidente do Partido dos Trabalhadores em Juiz de Fora. Nas eleições municipais de 1988, Lima veio como candidato a prefeitura pelo PT, a partir de articulações com grupos das comunidades eclesiais de base, movimentos de bairros e movimento negro. Homem negro, motorista de uma distribuidora de gás e que durante a campanha, de acordo com depoimento colhido por Paulo Azarias, foi demitido, passando a depender de apoios financeiros de pessoas do partido.

O Jorge Lima passou por momentos difíceis até conseguir trabalhar na AMAC onde se aposentou. Jorge mora no bairro Vila Ideal e depois dessa situação não teve mais contato com o Jorge. Mas é uma figura negra que teve uma participação fundamental na construção e consolidação dos partidos dos trabalhadores na cidade de Juiz de Fora. E que a gente não tem notícia de como o Jorge tá.
(Depoimento colhido de Paulo Azarias em 16 de agosto de 2020).

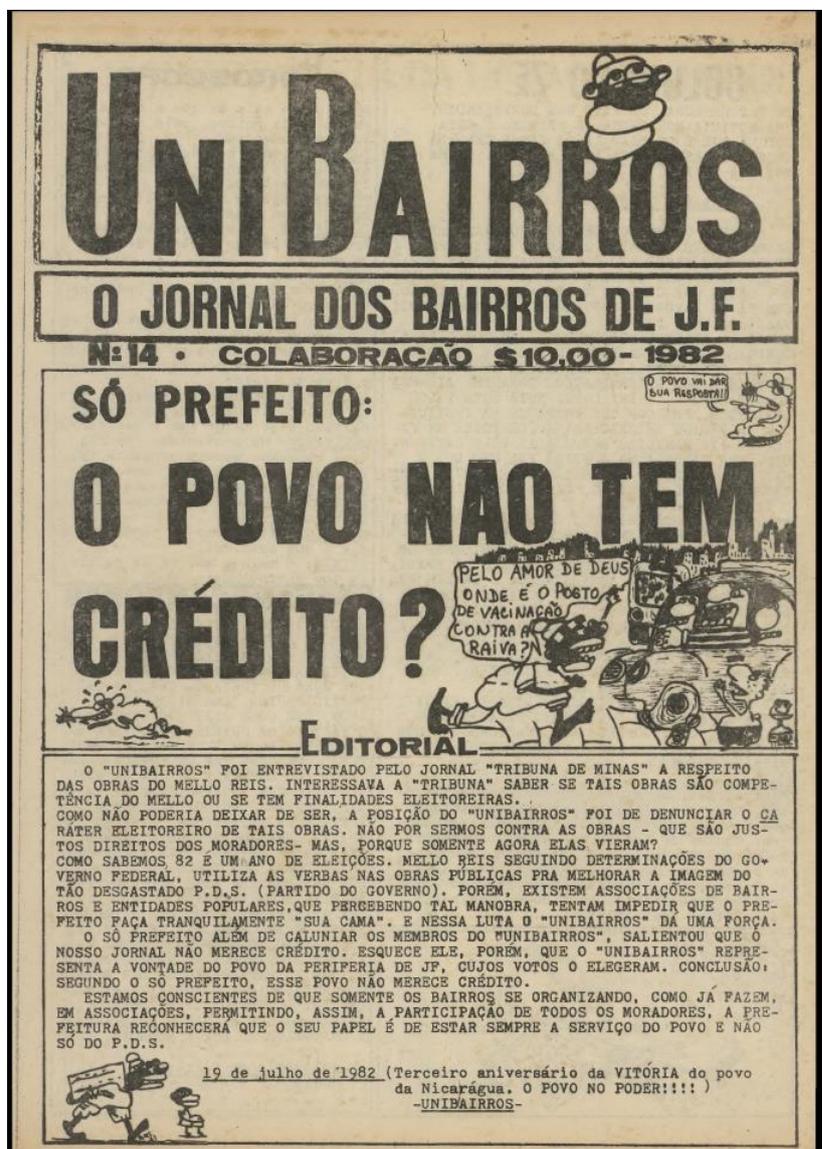
Algumas edições depois, na número 17 de 1983, o assunto das eleições é retomado e reforçado na coluna “mov. negro”:

É um fato que observamos com muita simpatia as reivindicações dos metalúrgicos de JF e de outros trabalhadores do Brasil. A luta é para que cada trabalhador admitido seja entre 4 trabalhadores, onde um seja negro; é importante colocar esta reivindicação, porque na medida que os empregos vão escasseando, os patrões começam adotar formas de aprofundar a divisão da classe operária e os negros são as maiores vítimas. As dificuldades de arrumar emprego são muitas e no emprego, os negros são os primeiros a serem mandados embora; para confirmar estas denúncias basta fazermos uma pesquisa nas filas do desemprego e observamos o subemprego, onde notaríamos que a maioria é negra. Sabemos que não é nos separando do movimento operário, pois é necessário estarmos ao lado dos oprimidos e colocando sempre as nossas reivindicações mais específicas e ao mesmo tempo nos organizarmos junto com todos os setores que se preocupam com a nossa situação atual (MOV. NEGRO. Jornal Unibairros, nº17, 1983, p.3)

Com uma continuidade nas publicações do jornal Unibairros, um crescimento contínuo alcance de leitores e atuações em diversas esferas públicas na cidade, o movimento começou a ter destaque tanto nos grandes jornais da cidade (referido Tribuna de Minas), como também embates com o prefeito naquele período. Por ser a principal ferramenta para explanação das

situações vivenciadas pela população dos bairros e pelos próprios membros do movimento UniBairros, tal questão foi capa da edição 14.

Figura 6: Capa Jornal Unibairros, nº14.



Fonte: Jornal Unibairros, nº14, 1982.

Com a manchete indagando “Sô prefeito: O povo não tem crédito?” com a ilustração do personagem Oscar Trovoada parando o trânsito da cidade, com carros dirigidos por personagens brancos vindo de uma área urbanizada, enquanto o sujeito negro descalço diz “Pelo amor de Deus, onde é o posto de vacinação contra a raiva?”. A alusão da manchete e a charge vem denunciada em texto logo abaixo na linha editorial ao dizer sobre uma entrevista realizada pelo Jornal Tribuna de Minas ao movimento Unibairros sobre as obras realizadas pelo prefeito Mello Reis, se era puramente interesse do período eleitoral. O movimento fez a denúncia e crítica ao

interesse de Mello Reis, que de fato é um direito e necessidade do bairro, mas que só veio naquele momento eleitoral, como uma manobra para melhorar a imagem do seu partido já desgastado PSD. Em resposta, a linha editorial menciona que o prefeito “calúnia” o jornal Unibairros e diz que eles não mereciam “crédito”, minimizando a luta, reivindicações e organização do movimento em questão. O papel do movimento e do jornal é novamente reforçado ao dizer, logo na capa, que o papel deles é organizar os bairros e pressionar a prefeitura a estar a serviço do povo e não ao partido.

Um dos braços para a compreensão da história do movimento negro contemporâneo em Juiz de Fora - MG é sua ligação com a teologia da libertação. O próprio movimento Unibairros, como já exposto no início deste trabalho, iniciou suas primeiras reuniões por incentivo de grupo de jovens de comunidades paroquiais da cidade. Na edição de número 24 de 1984, uma página inteira dedicada a uma entrevista com Frei Leonardo Boff, realizada pelo próprio movimento na cidade de Petrópolis, com o título “O que é a Teologia da Libertação?”, que foi inclusive, a única pergunta feita para o Frei, que discorreu sobre o assunto. Em síntese, a definição do Frei Boff tem como centro uma teologia do grito dos Oprimidos, que são uma maioria da população (que passam fome, faltam moradia, analfabetos, saúde e empregos dignos).

O que constatamos nos últimos anos a partir de 1960 é que os oprimidos começaram a tomar consciência de sua opressão e rejeitar a opressão como algo que não é humano. Por isso começaram a surgir as Associações de Bairros e Sindicatos e dentro da Igreja começaram a surgir as Comunidades de Base, os Centros de Defesa dos Direitos Humanos, Círculos Bíblicos. Todos os grupos de reunião do Povo, E eles começam a buscar uma Libertação, isto é, uma ação que cria um espaço de liberdade, de participação, de organização melhor da vida com as próprias energias e com os próprios meios. Dentro desse grupo todo dos oprimidos, existe o grupo dos cristãos, que se perguntam: O Evangelho, a fé cristã ajuda a gente a se libertar? Ou a fé cristã nos acomoda, nos deixa resignado? E aprender lendo escrituras (...) A partir desta prática de Libertação e de reflexão sobre essa prática de Libertação é que nasceu a ‘Teologia da libertação’. É a reflexão que os homens de fé fazem sobre Deus que se revelou como Deus dos pobres, que quer justiça, liberdade de seus filhos. Frei Leonardo Boff (O QUE É TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO? Jornal Unibairros, n°24, 1984, p.7).

4. Considerações finais

A partir das reflexões teóricas e análise das fontes, há de se concluir fundamentalmente a importância do movimento comunitário Unibairros para a luta antirracista na cidade de Juiz de Fora e, a importância do jornal produzido pelo movimento como ferramenta e estratégia de politização de seus leitores na década de 1980 e 1990. Por se tratar de um período de intensas agitações no país, no que tange a abertura política e a construção de uma nova Constituição Federal, movimentos sociais em todo o Brasil se organizaram a fim de reivindicar suas

liberdades individuais, coletivas e direitos fundamentais para a população. Com um movimento organizado integralmente tendo a centralidade de pautas reivindicatórias da periferia juiz forana, a questão de desigualdades sociais, acesso a bens de serviço, saúde, educação, moradia e o silenciamento da elite política econômica, eram questionadas. Visando alcançar e mobilizar para além dos integrantes do próprio movimento, o principal canalizador de informações e discussões foi o “Unibairros - o jornal dos bairros de JF”.

Dentro da diversidade de colunas e discussões analisadas nas 36 edições em cada parte do jornal mensal, destacamos a atuação pujante do Grupo Negro no movimento. Utilizando da coluna fixa “movimento negro” ou “coluna do negro” nas edições e, para além disso, diversas charges com o personagem Oscar Trovoadá e a coluna “trovas & poesias”, a intersecção raça e classe se fez presente nas edições do jornal, cumprindo seu papel como veículo de aglutinação e disseminação da luta antirracista na cidade. A linguagem utilizada pelo movimento no jornal e os recursos estratégicos de politização das pautas levantadas se fez de suma importância para a estruturação e circulação do movimento em toda a cidade.

Contrapondo a massificação de informações e silenciamento da mídia hegemônica no período datado, o jornal comunitário Unibairros se fez com o objetivo de diálogo entre a população dos bairros periféricos de Juiz de Fora, como também apresentar para toda a cidade a realidade e dilemas de seu cotidiano. Desde o distanciamento do poder municipal, as produções culturais, intelectuais e sociabilidade dos bairros, como também os problemas oriundos da intersecção de raça e classe, comum nas periferias.

A necessidade de estudos sobre as articulações das periferias da cidade de Juiz de Fora, com suas estratégias, reivindicações e objetivos alcançados pela população negra na cidade é um empreendimento necessário a ser feito por mais trabalhos comprometidos com a realidade social da cidade. Fazendo a crítica a trabalhos generalistas, que se propõe a analisar o viés classe ignorando a raça dos sujeitos envolvidos, estes, ignoram um fator que é estruturante nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais na sociedade brasileira. Atrelado a questão raça e classe, o gênero também é uma questão a ser analisada em trabalhos futuros nesta temática, uma vez que a participação de mulheres no movimento negro e movimentos comunitários é significativa e particular.

Essa pesquisa pretende contribuir e fomentar debates para o preenchimento da lacuna historiográfica no que tange articulações antirracistas e movimentos comunitários na cidade de

Juiz de Fora - MG, ressaltando seu caráter combativo, organizador e politizador para/com as camadas populares.

Fontes primárias

Jornal Unibairros, Juiz de Fora - 1980 - 1990.

Estatuto do Unibairros - Arquivo Unibairros.

Referências bibliográficas

ALBERTO, Paulina Laura - 2005 - Black Activism and the Cultural Conditions for Citizenship in a Multi-Racial Brazil, 1920-1982 (Dissertation In History Presented to the Faculties of the University of Pennsylvania in Partial Fulfillment of Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy, 2005).

AFONSO, Maria Rezende; AZEVEDO, Sérgio de. Cidade, Poder Público e Movimento dos favelados. In: POMPERMAYER, Malori José Jr. Movimentos Sociais em Minas Gerais: Emergência e Perspectiva. Belo Horizonte: UFMG, 1987. p. 112-130.

ALMEIDA, Patrícia Lage. Elos de permanência: o lazer como preservação da memória coletiva dos libertos e seus descendentes. Juiz de Fora, 2006. Dissertação (Mestrado em História) - UFJF, Juiz de Fora, 2006.

BARRETO, Ana Cláudia de Jesus. O LUGAR DOS NEGROS POBRES NA CIDADE: ESTUDO NA ÁREA DE RISCO DO BAIRRO DOM BOSCO. Libertas, Juiz de Fora, v.10, n.2, p. 188 - 215, jul-dez / 2010.

BATISTA, Rita de Cássia Souza Félix. O negro Trabalho, sobrevivência e conquistas em Juiz de Fora de 1888 a 1930. Juiz de Fora - MG: Funalfa Edições: 2006.

BATISTA, Caio. Cotidiano e escravidão urbana na Zona da Mata de Minas Gerais: Juiz de Fora Século XIX. FACES DA HISTÓRIA, Assis-SP, v.3, nº2, p. 113-135, jul.-dez., 2016.

CARDOSO, Hamilton. Limites do confronto racial e aspectos da experiência negra do Brasil. In: Emir Sader (Org.). Movimentos sociais na transição democrática. São Paulo: Cortez, 1987.

CARDOSO, Ruth, 1984, Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico, in:Sociedade e Política no Brasil pós-64, 2ª edição, Brasiliense.

CARDOSO, Marcos Antonio. O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998. 2001. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais: 2001.

DOMINGUES, Petrônio - Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo: 23, 2007, pp.100-122. Ver: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf> (Acesso em 29/09/2019)

GILROY, Paul. (2001) O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro E Educação: Resignificando e Politizando a Raça. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. IV Encontro Anual da Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Rio de Janeiro. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

JUIZ DE FORA - PREFEITURA MUNICIPAL: Puxando pela memória: Uma história dos movimentos comunitários de Juiz de Fora contada por algumas de suas lideranças. Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Assessoria de Articulação Institucional. Juiz de Fora: Prefeitura Municipal, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta, 1991.

MARTINS, Suely Aparecida. As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura. Em Tese, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 23-36, ago. 2006

MOURA, Clóvis. Organizações negras. In: São Paulo: O povo em movimento, 2. ed. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1981.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Famílias solidárias e desafios urbanos: os negros em Juiz de Fora. In BORGES, Célia Maia (Org). Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora/MG: Ed. UFJF, 2000.

PEREIRA, Amauri Mendes. Trajetórias e perspectivas do movimento negro brasileiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

PEREIRA, Amilcar Araújo. "O mundo negro". A constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

PIRES, A. Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora 1870- 1930. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 1993.

POMPERMAYER, Malori J. Movimentos Sociais em Minas Gerais: emergência e perspectivas. Editora UFMG, Belo Horizonte, 1987.

SANTOS, José Antônio dos. Prisioneiros da História. Trajetórias Intelectuais na Imprensa Negra Meridional. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011b, Porto Alegre, Brasil.

SANTOS, Natália Nêris da Silva. A voz e a palavra do movimento negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987-88): um estudo das demandas por direitos. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.

SILVA, Luciana Verônica da. Associações: experiência de participação na redemocratização. Movimentos Comunitários em Juiz de Fora - MG - 1974 - 1988. 2010. Dissertação. (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

SILVÉRIO, V.R. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 117, p. 219-246, nov. 2002.

SOMARRIBA, Maria das Mercês G.; AFONSO, Marisa Rezende. Movimentos urbanos e Estado: novas tendências . In: POMPERMAYER, Malori J. Movimentos sociais em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 1987.

VASCONCELOS, Dennise Cunha. A charge na televisão: adaptações, características e função. Revista Eletrônica Temática Ano. V. n. 11, nov. 2009. Disponível em <<http://www.insite.pro.br/2009/Novembro/Artigo%20DENNISE.pdf>>. Acesso em 10 de ago. 2015, p.02.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Diferentes atores em papéis diversos: a barganha política no palco da gestão participativa em Juiz de Fora. (1983-1988). 1990. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. 1990.

SILVÉRIO, V.R. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 117, p. 219-246, nov. 2002.